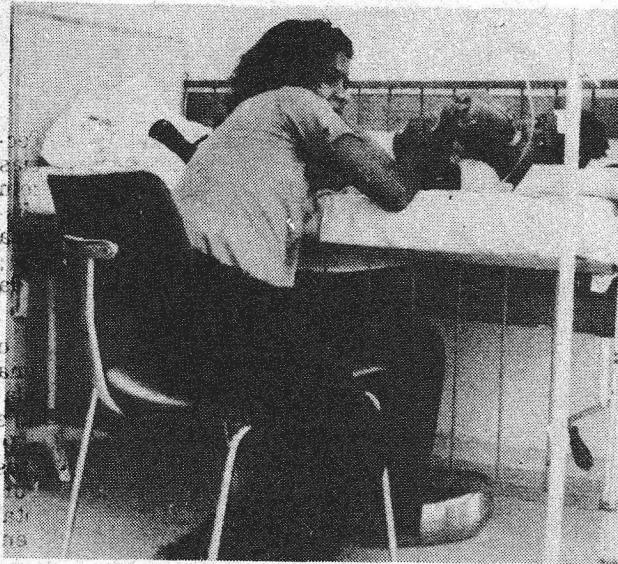


# REPORTAGEM



## Saúde do DF analisada em reunião de amanhã

Beatriz Cleto

O Centro Brasileiro de Estudos de Saúde do DF promove amanhã às 20 e 30, na Comissão de Saúde da Câmara, uma reunião com representantes de entidades profissionais e associações de moradores de Brasília para que cada uma delas apresente sua visão sobre o problema de saúde no Brasil e no Distrito Federal e proponha uma política que atenda às necessidades da maioria da população.

Esta articulação com entidades profissionais e associações de moradores da periferia da cidade, é o trabalho principal que o CEBES pretende desenvolver no momento, além da discussão de assuntos da área, buscando a elaboração conjunta de uma proposta alternativa para a situação da saúde e participando das lutas da população no que se refere aos seus problemas nesta área.

É nesta perspectiva que se insere a preocupação do CEBES em viabilizar na prática, as conclusões e propostas aprovadas no I Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, realizado no mês passado na Câmara.

A proposta apresentada pelos participantes do Simpósio foi a estatização da medicina, ou seja, o Estado assumindo a responsabilidade total pela administração de um "sistema único de saúde", com a participação dos diferentes setores da sociedade através de suas organizações próprias buscando a definição de uma política nacional de saúde. Neste sentido, o relatório do simpósio conclui que a alteração das condições de saúde da população "passa pela reformulação do modelo político-econômico atual, na direção de uma política de desenvolvimento econômico-social que propicie a criação de maior número de empregos, melhoria das condições de trabalho, distribuição mais equitativa da renda nacional e garantia das condições indispensáveis como saneamento básico, habitação, alimentação e educação".

Esta proposta se baseia na constatação de que a partir da década de 60 houve uma queda gradativa dos níveis de saúde da população e que os serviços não se desenvolveram de modo a satisfazer suas necessidades. Os participantes do simpósio atribuíram a esta situação a política econômica vigente no período, onde a concentração da renda marginalizou cerca de 70% da população dos benefícios materiais e culturais do crescimento econômico. "Essa concentração determinou a deterioração das condições de nutrição, habitação e

saneamento de expressivas parcelas da população, principalmente nos grandes centros urbanos, inchados em função de uma política industrial e agrária que expulsa o homem do campo para o subemprego das cidades e a deterioração das condições do meio-ambiente pelos interesses do capital".

### MERCANTILIZAÇÃO

Aliados a este quadro, o relatório levanta os problemas de centralização do poder decisório com esvaziamento dos níveis político-administrativos estatais e, principalmente municipais, a tecnoburocracia participando das decisões, com a marginalização da classe política e exclusão das classes trabalhadoras. Este quadro, segundo os participantes do simpósio, teve como consequências para os serviços de saúde o seu fornecimento de baixa qualidade à população e o incentivo à mercantilização da medicina, orientando a prática médica para a obtenção de lucros e não para as reais necessidades dos usuários; a exploração sem limites dos profissionais de saúde; e o aumento dos custos das ações de saúde, aprofundando a dependência tecnológica, através da utilização de equipamentos e medicamentos que atendem mais aos interesses dos capitalistas internacionais.

### PROPOSTAS

Para toda esta situação, o relatório levanta importantes propostas para a definição de uma política nacional de saúde, que, aliada à melhoria das condições de vida, atenda a toda a população brasileira: instituir um sistema único de saúde, integrando todos os serviços oficiais a nível federal, estadual e municipal, para planificar e implantar uma política nacional com poder normativo inclusive sobre o setor privado e empresarial; reorientar a alocação de recursos, dirigindo maior soma para a expansão da rede básica de saúde; instituir, progressivamente, uma rede nacional de ambulatórios e postos estatais para aplicação de medidas preventivas, articuladas com assistência médica primária, de casos de emergência e de acidentes de trabalho.

Também foi considerada importante a definição de uma política de produção e distribuição de medicamentos e equipamentos médicos, orientada para simplificação e eficácia tecnológica e para a redução da dependência do capital estrangeiro, através de: maior participação estatal na pesquisa, formação de pesquisadores e desenvolvimento de tecnologia nacional dirigida à produção de matérias-primas fundamentais à industrialização de medicamentos essenciais; controle de remessas de lucros para o exterior; controle efetivo da qualidade e da quantidade dos medicamentos comercializados; e importação apenas daqueles equipamentos e remédios que tenham tido sua eficácia comprovada através da utilização por um período mínimo de cinco anos.